

A IDENTIDADE SURDA E O CURRÍCULO ESCOLAR

Ana Clara Viana Correia ¹
Linda Beatriz de Franco Higino ²
Marcella Arraes Castelo Branco ³

RESUMO

A identidade é construída por aspectos essencialistas (por semelhança) e não essencialistas (pela diferença), somados a símbolos de referências. Ou seja, o indivíduo é constituído pelas suas peculiaridades, mas também pelas características compartilhadas, por isso, é importante para formação da identidade da pessoa surda, que suas singularidades sejam valorizadas, estejam em contato com seus semelhantes e referências. Nesse sentido, o currículo escolar, uma das referências presentes na vida dos alunos surdos, também é forjador de identidade, logo, é importante saber como o currículo tem contemplado a diversidade da Identidade Surda. Assim, esta pesquisa visa compreender a relação entre currículo, identidade e identidade surda e como os alunos surdos percebem essas relações no meio escolar. A presente pesquisa é de cunho bibliográfico com base em autores como Silva (2005, 2014), Honora (2014), Mazzotta (2011) e Skiliar (2010) seguido por uma entrevista semiestruturada com alunos surdos e uma professora da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola da rede pública estadual do Maranhão, localizada na cidade de Imperatriz. Desse modo, foi possível constatar que o currículo, a falta de encontro entre seus pares e a relação tardia com a Libras afetam de forma significativa a construção da identidade do estudante surdo, principalmente, ao não ser percebido e não possuir pontos de referência dessa identidade.

Palavras-chave: Identidade Surda; Currículo Escolar; Atendimento Educacional Especializado.

INTRODUÇÃO

Todos os homens, sejam negros, brancos ou pardos, deficientes ou sem deficiência, surdos ou ouvintes, passaram pelo caminho da construção do eu, buscaram se encontrar, e essa procura parte do pressuposto de reconhecer-se em sua realidade, se identificar, e ter o sentimento de pertencimento. Segundo Vilhena (2014) a etimologia da palavra identidade, parte do adjetivo *idem* que significa o mesmo, somada ao sufixo *dade* que indica estado de qualidade, ou seja, expressa a qualificação daquilo que é idêntico e permanece. Todavia, de acordo com Silva, Hall, Woodward (1996) a identidade é relacional e marcada pela diferença, não existe uma identidade igual, existem identidades e, por conseguinte, culturas.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, autorprincipal@email.com;

² Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, coautor1@email.com;

³ Professora orientadora: Especialista, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, marcellaacbranco@gmail.com.

Diante desse conceito, a identidade da pessoa surda faz parte da diferença, não apenas pelo fator biológico, mas também pela forma que essa constrói seu mundo, conforme Skiliar (2010, p.58) “A identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual”. Entretanto, por muitas vezes, é imposto sobre a pessoa surda uma cultura que não lhe faz sentido, ou seja, apresenta-se para essa o modo de pensar e viver que faz parte da realidade do ouvinte, subordinando identidade desse grupo aos estereótipos que os discursos de poder ouvinte reforçam.

A construção da identidade do indivíduo está diretamente relacionada ao currículo escolar, documento que direciona as ações da escola, compreendido, segundo Silva (2005) como uma questão de poder, mas também de identidade. Partindo do pressuposto de que existem identidades e diversidades no corpo discente, o currículo não deve ser homogêneo, ao contrário, os alunos que estão no ambiente escolar precisam se identificar nele. É a partir desses significados e sistemas simbólicos que o sujeito constitui aquilo que é (Silva, Hall e Woodward, 1996). Dentro desta condição, se questiona: alunos surdos se sentem representados pelo currículo escolar no que se refere à construção de sua identidade enquanto pessoa surda?

O interesse por essa temática nasceu do contato com uma professora surda que palestrou acerca da singularidade de sua identidade. Dessa forma, se objetiva compreender a relação entre currículo e a identidade do aluno surdo e como essas se constituem na percepção dos alunos em questão.

O presente artigo de cunho bibliográfico, baseia-se em autores como Silva (2005), Skiliar (2010), Honora (2014), Mantoan e Prieto (2006) para que se possa entender como se dá a composição da identidade do aluno surdo no espaço do currículo escolar, seguido por uma entrevista semiestruturada com os alunos surdos de uma escola estadual, localizada em Imperatriz - MA, para que assim, se possa analisar como o currículo escolar se apresenta nas relações entre o aluno surdo e o aluno ouvinte, bem como entre aluno surdo e o professor.

IDENTIDADE E CURRÍCULO: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA NO ESPAÇO ESCOLAR

Para compreender a relação do currículo com a identidade dos discentes, é necessário antes entender o que é identidade e como ela se constitui. De acordo com a psicologia a identidade é a relação que o indivíduo tem consigo mesmo (a ideia do eu), é uma questão de unidade onde os símbolos de referências como nacionalidade, raça, paternidade e etc. irão definir pontos importantes nessa construção (Bock, Furtado, Teixeira, 1999). E se esses

aspectos mudam, a identidade também o faz, pois ela é relacional (Silva, 2014), ou seja, vai se dar através do meio em que o sujeito convive, o país em que nasceu, a família, entre outros. Todas as variáveis que perpassam a vida de uma pessoa podem vir a influenciar ou não na construção de sua identidade.

Porém, essa personalidade é também marcada pelas diferenças, por exemplo, quando a criança começa a entender, que o menino é dissemelhante da menina, passando a se compreender por meio de uma distinção da relação de gênero. Essa característica é conhecida como “não essencialista”, aquela que se dá por aspectos não compartilhados, além disso, existe a característica "essencialista", que, ao contrário da anterior, se desenvolve por meio de laços semelhantes, como ser brasileiro e falar português, gerando o sentimento de pertencimento.

Outro aspecto crucial da identidade é a construção pelas referências, visto que, é partindo dessas que o sujeito define aspectos de si mesmo. Assim, “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentidos à nossa experiência e aquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar” (Silva, 2014, p.18). Essa percepção é particularmente evidente entre pais e filhos, geralmente, possuem semelhanças entre si, não apenas físicas, mas também, comportamentais, dado que os pais são a primeira referência da criança, o que se concretiza junto ao desenvolvimento do sujeito.

Conforme argumenta Silva (2014), a subjetividade é um conceito muito presente na identidade e parte da compreensão que o indivíduo tem de si mesmo e, que juntamente com a referência, compõe a forma como o indivíduo se vê, é construído pelos aspectos essencialistas, não essencialistas e símbolos. Logo, “A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significados à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade” (Silva, 2014, p. 56). Ao considerar essas especificidades da identidade é de grande importância que o aluno surdo também se perceba neste currículo.

Para a pessoa com deficiência, a construção da identidade não acontece de maneira diferente, já que “O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade[...]” (Silva, 2014, p. 15), isto significa que, a deficiência é uma distinção presente no sujeito, fazendo parte de sua identidade. No entanto, a sociedade tende a separar, esconder e mudar aquilo que é singular, contudo, é necessária a compreensão de que:

[...] não é a universidade da espécie que define um sujeito, mas as suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente (Mantoan, Prieto, 2006, p. 17).

Sendo assim, ocultar as peculiaridades desse indivíduo ou, como diria Carvalho (2019), tentar normalizá-lo, seria voltar às civilizações antigas, como no mito grego “Leito de Procusto” dos Espartanos, segundo o qual, aqueles que não cabiam na cama de Procusto, por serem pequenos, eram esticados e, se grandes, tinham seus membros amputados (Bianchetti, 1995). Esse mito busca expressar como se dava a imposição social do corpo padrão, ao apontar como eram percebidas e escondidas as diferenças. Pois, para o indivíduo que não se encaixava na definição de “normal”, era preciso ser curado, arrumado, ocultado, ou mesmo, eliminado.

Diante do exposto, cabe ressaltar, então, que o contexto em que o sujeito está inserido irá influenciar na construção do seu “eu”. Dessa maneira, a escola é um espaço extremamente importante, pois é um espaço no qual as crianças e adolescentes, em formação, passarão a maior parte do seu tempo, depois do convívio familiar.

Tendo conceituado os aspectos da identidade, pode-se concluir que essa é uma ação construída, que o ambiente e as pessoas influenciam de forma direta no seu desenvolvimento, e para a pessoa com deficiência, em destaque a pessoa surda, esse processo pode ser árduo, pois a sociedade tende a separar, ou mesmo, padronizar o que é singular.

De acordo com Honora (2014), a primeira referência à educação dos surdos, deu-se na Grécia e Roma antiga. Acreditavam que, a ausência da audição e da fala, significava que eles não poderiam pensar, e assim, não seriam capazes de aprender, pois, segundo Aristóteles, a linguagem era um dos pontos mais importante para aprendizagem. Desse modo, os surdos não eram considerados seres humanos e, conseqüentemente, eram excluídos de oportunidades educacionais, matrimônio e heranças. Esse pensamento persistiu por um longo período.

Segundo Honora (2014) uma das primeiras referências que se tem registro sobre a mudança de concepção da educação da pessoa surda é o trabalho do Padre Ponce De León, que foi chamado a educar os filhos dos senhores feudais, pois como os monges praticavam o voto de silêncio, acabavam aprendendo a se comunicar por meio de gestos. Dessa forma, nasceu a língua de sinais. No século XVII, Juan Pablo Bonet, publicou o primeiro livro sobre o alfabeto manual, Charles-Michel de L’Épée (conhecido como “pai dos surdos”) criou a primeira instituição pública para surdos e era defensor da língua de sinais. Porém, homens como Joham Konrael Ammah, Jean-Marc Itard, Barão Gérando, Alexander Graham Bell, se posicionavam

contra a língua de sinais, o que levou as pessoas surdas a viverem atrocidades para se encaixarem no padrão social da época, realidade essa, que perdurou por quase um século.

A educação voltada para a oralização e a cura da pessoa surda, foi reforçada durante todo esse período. Conforme (Honora, 2014), em 1880, houve o *II Congresso Mundial de Surdos-Mudos*, onde 54 países mandaram seus melhores estudiosos sobre a surdez, e entre estes somente um era surdo. Ao decidir qual era a melhor forma de educar a pessoa surda, se pela oralidade ou língua de sinais, optaram pelos fundamentos defendidos pelo grupo que o ensino baseado na oralidade era superior a língua de sinais.

Sobre essa realidade, Skiliar (2010), aponta que muitos surdos relatam sentir sua identidade subordinada a do ouvintismo, e isso acontece, pois a construção do mundo da pessoa com surdez ocorre de forma visual, e não auditiva, ou seja, os sons não fazem sentido para esses indivíduos, mas é algo ao qual são constantemente obrigados a lidar. Ainda de acordo com o autor, “Academicamente esta palavra - ouvintismo - designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinicalização e da necessidade de normalização” (Skiliar, 2010, p.59).

Por anos, esse foi o modelo educacional e de referência para a pessoa com surdez. Logo, o uso dos fundamentos e das visões de outra cultura, no caso a de pessoas ouvintes, afetou diretamente o desenvolvimento desse grupo, já que não os potencializaram, pelo contrário, esforçam-se para se encaixar no mundo dos ouvintes.

As mudanças acerca da educação do surdo no Brasil, segundo Honora (2014), ainda são consideradas recentes. Em 2002, com a aprovação da Lei °. 10.436, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como meio oficial de comunicação, sendo um grande avanço para a comunidade surda (Brasil, 2002). Outra grande mudança foi a criação do Decreto nº 5.626, de 22 dezembro de 2005, aprovando a LIBRAS como componente curricular obrigatório para todos os cursos de formação de professores, tanto em nível médio quanto no superior (Brasil, 2005).

Essas transformações foram fortalecendo a cultura e a identidade da pessoa surda, pois tais garantias legais permitem que esse grupo possa utilizar, de forma livre, sua língua materna. No entanto, isso não resolve todos os problemas, pois apesar da criação de leis que garantam a educação inclusiva, muitas ações voltadas para a pessoa surda, ainda estão repletas de preconceitos e/ou subjugação cultural. A falta de compreensão do ouvinte acerca das particularidades culturais e linguísticas da comunidade surda culmina em inúmeros preconceitos e barreiras para a garantia da plena efetivação de direitos e promoção de ações inclusivas, afinal, enquanto

Para as pessoas Surdas, a ausência ou diminuição deste sentido representa uma identidade, uma maneira de se relacionar com as outras pessoas, ou seja, determinam uma maneira diferente de encarar a vida, e não uma diminuição, uma desvantagem perante as pessoas ouvintes, é apenas uma maneira diferente de viver, nem melhor, nem pior, apenas diferente (Honora, 2014, p. 81).

Cabe ainda destacar que, a pessoa surda é aquela que tem a audição prejudicada a ponto de não conseguir compreender através da audição e que utiliza a língua de sinais para se comunicar com os outros, sejam seus pares ou não. Essa pessoa, pode muitas vezes ser oralizada, (Honora, 2014). Já a pessoa com deficiência auditiva, tem dificuldades, mas não impede o aprendizado da fala, geralmente, essas pessoas aprendem a oralizar e fazem leitura labial, pois sua perda, muitas vezes, não é severa, o que pode causar uma rejeição a cultura surda e a língua de sinais.

A diferença entre a pessoa surda e a pessoa com deficiência auditiva, é a identidade. Skiliar (2010) traz o entendimento, que dentro da comunidade surda há múltiplas identidades, que são construídas na medida em que esses sujeitos tiveram contato com a Libras ou não, se é uma pessoa com surdez congênita (aquela que nasceu com essa deficiência) ou se é uma surdez adquirida (situações o levaram a perder a audição). ademais, existem os graus da perda auditiva, levando assim, o indivíduo a ter posturas diferentes, pois na maior parte das vezes, esses crescem no meio dos ouvintes, e aqueles que têm perda parcial podem ter contato com a comunidade surda e a Libras tardiamente.

Desse modo, “O encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda[...]” (Skiliar, 2010, p. 54). Por isso, a educação bilíngue é tão importante na formação educacional das pessoas surdas, pois dentro desse modelo educacional os alunos irão estudar Libras, como primeira língua, e Língua Portuguesa como segunda. Esse processo inicial ocorre em classe especial, na qual todos os alunos são surdos ou possuem deficiência auditiva.

Dessa forma, é de extrema importância que a criança surda já seja imersa na Libras e conviva com pessoas que também são surdas, para que haja identificação e aceitação, tendo por base as referências dessa comunidade. Em especial, porque muitas dessas crianças podem vir de regiões distantes, de famílias ouvintes, limitando a possibilidade de encontro e convívio com seus pares e seus pontos de referência aos espaços escolares.

É no espaço escolar, que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é assegurado pela lei, como contido na Constituição Federal de 1988, no art. 208, inciso III (Brasil, 1988). Tais garantias são essenciais, principalmente, para crianças que não têm acesso à uma escola bilíngue em sua cidade. É garantido, ainda, a disponibilização de professores especializados

para alfabetização na Libras e na Língua Portuguesa, de Tradutor Intérprete de Libras – Língua Portuguesa (TILSP), adequações de materiais didáticos, assim como das avaliações, etc.

Em conjunto com tais ações faz-se necessário, ainda, a adequação do currículo escolar, para que esse documento abrace as especificidades da pessoa surda permitindo, deste modo, que essa se veja como sujeito participante de sua aprendizagem e dos espaços em que frequenta. Nesse sentido, como afirma Silva (2005), o currículo é também uma questão de identidade.

Mas afinal, o que é currículo e para que serve? O currículo pode ser descrito como um documento que serve para nortear o que será abordado durante todo o ensino em sala de aula, abrangendo as peculiaridades do local em que a escola está inserida, de modo a fazer com que os alunos alcançados, se sintam identificados nos seus elementos e características.

O currículo pode ser compreendido, também, como uma relação de poder (Silva, 2005), pois através dele, podem-se formar muitas identidades e diversidades de opiniões, dependendo tão somente da intencionalidade de quem o faz, já que, ao inserir qualquer conteúdo nesse currículo, também se escolhe o que não se pretende ensinar, mas não de maneira inocente ou “[...] por ingênuo esquecimento, mas têm uma intencionalidade política, fazem parte dos processos políticos de segregação desses coletivos nos diversos territórios sociais, econômicos, políticos e culturais” (Arroyo, 2013, p.143), pois dentro desse campo existe uma disputa de identidade, já que este tem um papel muito importante na reprodução da estrutura de classes encontrada na sociedade capitalista (Silva, 2005), tendo assim o poder de segregar ainda mais quem já o está. Foi o que aconteceu por anos com a comunidade surda, pois os ouvintes que decidiam seus currículos e métodos.

Originado como questão educacional e curricular, o multiculturalismo surgiu nos Estados Unidos, onde os grupos segregados criticaram o currículo universitário tradicional, que fazia passar por comum a cultura do grupo dominante, negando a amostra representativa das contribuições dadas pelas diversas culturas existentes.

Esse movimento simboliza um importante instrumento de luta política, pois compreende a diversidade cultural existente na sociedade e que, por muito tempo, foi invisibilizada. Partindo da percepção humanista, entende que essas diferenças deveriam ser respeitadas e colocadas em questão permanentemente, tendo em vista que são “produzidas e reproduzidas através de relações de poder” (Silva, 2005, p. 88).

Partindo da ideia de multiculturalismo, temos a concepção de, para além do já citado, o currículo também é uma “questão de identidade”, já que através dele forja-se a identidade de crianças e alunos, quanto ao seu pertencimento e identificação com a sociedade em que estão inseridos. No entanto, se encontra um movimento oposto, conforme Arroyo (2014) falta no

currículo brasileiro reconhecer as especificidades e as narrativas dos grupos minoritários como sujeitos participantes da construção do conhecimento e da nação.

Quando se aborda a temática do currículo e da educação da pessoa surda, se encontram vários desafios não só em adaptar o currículo, como também encontrar um profissional adequado que traduza para o aluno surdo a aula, ou professores que respeitem essa dificuldade do aluno e ajam com este como se fosse seu aluno e não aluno do tradutor, já que o aluno surdo além de todas as dificuldades ainda precisa lidar com duas línguas e culturas diferentes, além do preconceito e por vezes exclusão social causada pela divergência na comunicação.

PERCEPÇÕES DE ALUNOS SURDOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O CURRÍCULO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA NA ESCOLA REGULAR

Quando se fala sobre a identidade surda, abrange-se a importância da vivência dessas pessoas na comunidade para a construção e afirmação de uma identidade, pois em uma sociedade de maioria ouvinte, muitos são os desafios para a pessoa surda. Mas tal temática deve ser estudada pela visão da pessoa surda, por isso este tópico foi escrito a partir de uma entrevista semiestruturada, para que se possa compreender a relação entre currículo, identidade e identidade surda e como os alunos surdos percebem essa relação no meio escolar.

A pesquisa em campo foi realizada em uma escola regular, onde fizemos uma entrevista com três alunos surdos, sendo uma com perda de audição severa, não oralizada e os outros dois com perda de audição parcial, ambos oralizados. A entrevista não foi gravada apesar dos alunos serem oralizados, por respeito ao seu espaço, visto que não estavam muito à vontade e não queriam oralizar, e tudo foi traduzido pela professora surda oralizada dos mesmos. Neste relato vamos chamar os alunos pelos pseudônimos Fernanda, Carla e Matheus respectivamente, a fim de preservar suas identidades. A escola no qual a esta pesquisa foi realizada, é um centro de ensino estadual que atende alunos do nível médio e tem como missão oferecer uma educação crítica, inovadora, libertária e inclusiva, e foi escolhida por causa da visão que tem, e por ter profissionais surdos em sua equipe docente.

Outra observação importante, por mais que tenhamos feito a pergunta para todos, o questionário foi livre, tendo em vista que um dos alunos estava se desviando das perguntas, por isso, alguns tópicos podem vir a ter apenas uma resposta.

Procuramos saber se eles se sentiam representados durante as aulas, a aluna Carla disse que não, que sentia muita dificuldade principalmente na pandemia, pois apesar de ela ser

oralizada o professor usava máscara na aula e ela não conseguia fazer leitura labial. Assim ela foi para a 2º chamada em todas as provas, mas quando passou a ter um intérprete e a frequentar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ela melhorou muito e passou em todos os componentes curriculares. Nesse contexto, as necessidades específicas de Carla, a princípio, não foram consideradas, resultando em um baixo rendimento na escola. Este cenário remete às palavras de Arroyo (2014), onde o currículo acaba por ser construído pela classe dominante, neste caso, os ouvintes, ocultando as características das classes minoritárias. Isso provoca desconforto e não proporciona uma educação de qualidade. Portanto, torna-se crucial que, ao elaborar e implementar o currículo, as particularidades dos alunos sejam levadas em consideração, tanto no AEE, quanto na sala regular.

Já Fernanda que é a única aluna não oralizada, contou que vem do interior, e que seus primeiros anos na escola, foram muito ruins, pois não tinha intérprete, ela não entendia nada, até que ela junto com a mãe mudaram de cidade, e ela passou a estudar em uma escola bilíngue, onde aprendeu Libras e conviveu com outros alunos surdos, acrescentou que sentia muita dificuldade com o português escrito, pois tem características neles que não tem em Libras, como preposições e conjugações do verbo.

Como aponta Skiliar (2010, p. 54) “ O encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda[...]”, essa convivência entre seus pares, é de grande importância, pois quando a criança com deficiência auditiva cresce em uma comunidade ouvinte, muito provavelmente, não terá uma aceitação quanto a sua identidade, passando uma vida a parte, sem conseguir comunicar-se com a comunidade surda, e encontrando muitas dificuldades ao comunicar-se com a comunidade ouvinte, não tendo sentimento de pertencimento a nenhuma das duas comunidades.

Essa é a realidade do Matheus, pois ele é deficiente auditivo, tem perda parcial, consegue ouvir bem se a pessoa estiver próximo a ele, professora relatou que ele por muitas vezes rejeitou a identidade surda, que ele começou a se abrir a ela depois das aulas do AEE em conjunto com as outras duas colegas. É em situações como essa que se torna mais evidente a importância da vivência em comunidade de pares, quanto a afirmação e aceitação da identidade, seja em que idade estiver, mas que preferencialmente seja inserido em seus pares, o mais cedo possível, pois como afirma Corsaro (2011) as crianças são seres criativos, sociais e ativos na construção de sua identidade e relações, e que, a partir das suas interações com a sociedade ao seu redor, elas reproduzem e produzem suas culturas além de contribuírem na produção da sociedade adulta.

A seguinte pergunta foi se os alunos se sentiam incluídos pelos professores durante as aulas, todos foram unânimes ao afirmar que não, e que essa é uma realidade também para outros alunos deficientes. Relataram que muitas vezes os professores, ao fazerem perguntas sobre e para os alunos, não se direcionavam aos mesmos e, sim aos intérpretes, ignorando sua presença em sala. Além de não haver adaptação nas avaliações aplicadas, ainda que esta seja assegurada pelo Decreto nº5626 quando garante que a escola deve “disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva” (Brasil, 2005).

Quando questionados sobre como se sentem na sala de recursos e qual a importância desta nas suas vidas, todos compartilharam da mesma resposta, afirmando que é de grande relevância, tanto para o aprendizado das regras existente no português escrito, quanto para as melhorias na Língua de Sinais, tendo em vista que, alguns começaram a aprender a libras e se aceitar como surdo, há pouco tempo. Pode-se perceber em suas falas, que a sala de AEE, é um espaço que não ignora suas particularidades, pelo contrário, eles se encontram com elas, se tornando assim um ambiente ímpar para o desenvolvimento da identidade surda, pois além de aprenderem Libras se tem o encontro surdo-surdo, que (Skiliar, 2010) pontua, como um dos meios mais importantes para o desenvolvimento da identidade.

Esse encontro nos fez observar de perto o que Skiliar (2010) quis dizer ao pontuar de forma tão incisiva a importância das relações entre seus pares, pois Carla apesar de oralizar muito bem, estava sempre falando em LIBRAS, o que não acontecia com o Matheus, ele já se esquivava mais das respostas, tanto orais quanto em libras. Isso se dá, pois ele começou a estudar LIBRAS, no AEE, já adolescente e por mais que os sinais sejam mais fáceis, por serem visuais, ele demonstra dificuldade para aceitar, tornando a identidade surda dele mais fraca que nas outras meninas que começaram antes, ou seja, o quanto antes a criança for alfabetizada em libras mais forte sua identificação com ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade é construída através de fatores externos e internos do ser humano, somados a aspectos semelhantes e distintos, porém, é importante para o indivíduo ter contato com seus pares e referências, assim como, ter sua diversidade potencializada. Nesse contexto, o currículo escolar é uma grande ferramenta de referências simbólicas, ao definir o que e como será estudado, portanto deve ter a diversidade como princípio norteador de sua construção e concretização.

Através do encontro com os alunos surdo e deficientes auditivos, é notório que o currículo escolar ainda tem muito a avançar quando se trata das representatividades dos sujeitos surdos e da relação dos alunos surdos com a comunidade ouvinte, pois, os vários documentos e leis que garantem seu direito à um processo educativo inclusivo nem sempre significam a aplicabilidade e efetividade de um modelo escolar voltado para inclusão.

Ademais, concluímos que é de extrema importância a vivência em comunidade de pares na escola regular, tanto no que se refere ao reconhecimento, aceitação e afirmação e aceitação da sua identidade, quanto para valorização da diversidade existente entre os indivíduos ali inseridos. Outro aspecto em destaque refere-se à importância da convivência entre alunos surdos e ouvintes, relação necessária para concretização da inclusão, reconhecimento dos direitos das pessoas surdas, valorização dos aspectos identitários e culturas desse grupo etc.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em Disputa**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, n. 3, p. 7-19, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018a.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm Acesso em: 22 de Agosto de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm Acesso em: 22 de Agosto de 2022.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 201.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREIRE. P. **Pedagogia do Oprimido**. 71 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HONORA, Márcia. **Inclusão Educacional de Alunos com Surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014.



GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão.** Rio de Janeiro: Ltda, 1995

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** Ed. 6. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria T. E; PRIETO, ROSÂNGELA. G. **Inclusão Escolar.** São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, T. T; HALL, S; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2014.

SKILIAR, Carlos. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

VILHENA, E. Palavra Identidade. **Origem da Palavra,** 2014. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/identidade> Acesso em: 23 de agosto de 2022.